Atividade Científica Decorrente da Dissertação de Mestrado Universidad Del Sol

A REDE DE APOIO AO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) E SEU IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

VERA SANDRA FERREIRA NERIS

Minuta descritiva decorrente da pesquisa científica apresentada ao Programa de Pós-Graduação em **Ciências da Educação da UNADES** - **Paraguai.** Área de concentração: **Educação**. Curso de Mestrado em Ciências da Educação.

Período de realização: janeiro/2021 a janeiro/2023 **Orientador (a):** Prof^a. Dr^a Alba Maria Mendoza Cantero

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar as práticas pedagógicas que mediam o processo de ensinoaprendizagem junto a alunos com deficiência intelectual, atendidos pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), em Salas de Recursos Multifuncionais, em uma escola de tempo integral localizada em Iporá, Goiás. A justificativa da pesquisa repousa na relevância social e educacional de compreender a efetividade do AEE na promoção da inclusão, autonomia e desenvolvimento acadêmico desses estudantes. Diante dos desafios enfrentados por alunos com deficiência intelectual no ambiente escolar, tornou-se essencial investigar como as estratégias pedagógicas e os recursos disponíveis podem ser otimizados para promover melhores resultados. A metodologia utilizada na pesquisa foi qualitativa, com base em estudo de caso, entrevistas semiestruturadas e observações. Participaram da pesquisa professores do AEE, docentes da sala regular, coordenadores pedagógicos e alunos. A análise dos dados foi feita com base na técnica de análise de conteúdo. Os resultados revelaram que, embora existam barreiras estruturais e pedagógicas, a atuação da rede de apoio do AEE apresenta efeitos positivos no desenvolvimento acadêmico, emocional e social dos estudantes. Concluiu-se que a efetividade do AEE está diretamente relacionada ao compromisso da equipe escolar com práticas colaborativas, formação continuada e uso de recursos pedagógicos adequados. A pesquisa reforça a importância de fortalecer políticas públicas inclusivas que garantam suporte técnico e humano contínuo para as escolas que acolhem alunos com deficiência intelectual.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência. Aprendizagem. Especializado.

THE SUPPORT NETWORK FOR SPECIALIZED EDUCATIONAL ASSISTANCE (AEE) AND ITS IMPACT ON THE DEVELOPMENT OF STUDENTS WITH INTELLECTUAL DISABILITIES

DOI: 10.56797/ao.vi10.202, *Avanços & Olhares*, Nº 10, 2024

ABSTRACT

This study aims to analyze the pedagogical practices that mediate the teaching-learning process for students with intellectual disabilities served by Specialized Educational Assistance (AEE) in Multifunctional Resource Rooms at a full-time school in Iporá, Goiás, Brazil. The justification lies in the educational and social relevance of understanding the effectiveness of AEE in promoting inclusion, autonomy, and academic progress. Given the challenges faced by students with intellectual disabilities, it is essential to explore how pedagogical strategies and available resources can be optimized for better results. A qualitative methodology was adopted, based on a case study, semi-structured interviews, and observations. Participants included AEE teachers, regular classroom teachers, pedagogical coordinators, and students. Data analysis was conducted using content analysis techniques. The results revealed that, despite existing structural and pedagogical barriers, the support network formed around AEE has a positive impact on students' academic, emotional, and social development. It is concluded that the effectiveness of AEE is closely linked to the commitment of the school staff to collaborative practices, ongoing training, and the proper use of educational resources. This study reinforces the importance of strengthening inclusive public policies that ensure consistent technical and human support for schools welcoming students with intellectual disabilities.

Keywords: Inclusion. Disability. Learning. Specialized.

LA RED DE APOYO AL SERVICIO DE ATENCIÓN EDUCATIVA ESPECIALIZADA (AEE) Y SU IMPACTO EN EL DESARROLLO DE ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD INTELECTUAL

RESUMEN

El presente estudio tiene como objetivo analizar las prácticas pedagógicas que median el proceso de enseñanza-aprendizaje de estudiantes con discapacidad intelectual atendidos por el Servicio de Atención Educativa Especializada (AEE) en Salas de Recursos Multifuncionales de una escuela de jornada completa en Iporá, Goiás, Brasil. La justificación se basa en la relevancia educativa y social de comprender la eficacia del AEE en la promoción de la inclusión, la autonomía y el desarrollo académico de estos estudiantes. Ante los desafíos presentes en el contexto escolar, se hace necesario explorar cómo las estrategias pedagógicas y los recursos disponibles pueden ser optimizados. La metodología empleada fue cualitativa, basada en estudio de caso, entrevistas semiestructuradas y observaciones. Participaron profesores del AEE, docentes de aula regular, coordinadores pedagógicos y estudiantes. El análisis de los datos se realizó mediante la técnica de análisis de contenido. Los resultados demostraron que, aunque existen barreras estructurales y pedagógicas, la red de apoyo proporcionada por el AEE tiene un impacto positivo en el desarrollo académico, emocional y social de los estudiantes. Se concluye que la efectividad del AEE está relacionada con el compromiso de la comunidad escolar con prácticas colaborativas, formación continua y uso adecuado de los recursos pedagógicos. Esta investigación destaca la necesidad de fortalecer las políticas públicas inclusivas que brinden apoyo técnico y humano a las escuelas que atienden a estudiantes con discapacidad intelectual.

Palabras clave: Inclusión. Discapacidad. Aprendizaje. Especializado.

INTRODUÇÃO

O debate sobre a inclusão de alunos com deficiência intelectual nas redes regulares de

DOI: 10.56797/ao.vi10.202, Avanços & Olhares, N° 10, 2024

ensino tem ocupado lugar de destaque nas políticas educacionais contemporâneas. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) surge como estratégia fundamental, prestando suporte pedagógico adicional por meio das Salas de Recursos Multifuncionais, conforme definido por Alves (2006). Tais espaços têm se consolidado como um dos pilares de apoio para viabilizar práticas pedagógicas que respeitem as singularidades dos estudantes, contribuindo para a efetivação da inclusão escolar.

A necessidade de compreender e qualificar as práticas mediadas pelo AEE é amplamente reconhecida por estudiosos da área, que destacam as barreiras ainda presentes no cotidiano escolar. Anjos (2011) chama a atenção para o descompasso entre a teoria inclusiva e a prática efetiva, marcada por lacunas na formação docente, limitações materiais e fragilidade nos vínculos entre os diversos profissionais da escola. Essa realidade exige pesquisas que iluminem caminhos e ampliem as possibilidades de atuação pedagógica inclusiva.

A Constituição Federal de 1988 já assegura o direito à educação a todos, sem qualquer tipo de distinção (BRASIL, 1988). Com base nesse princípio, políticas como a Lei Brasileira de Inclusão (2015) e o Plano Nacional de Educação vêm reforçando a urgência de sistemas educacionais comprometidos com a igualdade de oportunidades. Entretanto, como destaca Sassaki (2006), construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva não se limita à criação de estruturas físicas acessíveis; exige, sobretudo, mudanças atitudinais e uma cultura escolar voltada ao acolhimento das diferenças.

O AEE, ofertado em espaços específicos ou em articulação com a sala de aula comum, visa não apenas compensar dificuldades de aprendizagem, mas promover a autonomia dos alunos com deficiência intelectual. Segundo Gomes, Polin e Figueiredo (2010), é imprescindível que os professores envolvidos nesse processo compreendam profundamente as características cognitivas desses estudantes, para que possam mediar com eficácia o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de habilidades diversas.

As práticas pedagógicas adotadas nas Salas de Recursos Multifuncionais precisam ser constantemente revisadas, ampliadas e ajustadas conforme as demandas dos alunos. Como enfatiza Ferreira (2014), a atuação docente requer planejamento criterioso, uso de materiais adequados e um olhar atento às potencialidades individuais. Nesse sentido, a formação continuada se torna elemento-chave para garantir que os profissionais do AEE possam atuar com competência técnica e sensibilidade humana.

A pesquisa proposta se ancorou também na reflexão de Mantoan (2003), que defende que a inclusão não pode ser vista como concessão, mas como responsabilidade ética e social da

escola. A valorização da diversidade, aliada ao fortalecimento da rede de apoio entre professores, coordenadores e famílias, é apontada como um dos principais caminhos para uma educação mais justa. Assim, esta investigação buscou compreender como tais relações se configuram na prática.

As evidências científicas reunidas por autores como Santos et al. (2018) reforçam a importância do diálogo entre os profissionais do AEE e os demais educadores da escola. Ao integrar conhecimentos, experiências e metodologias, esses sujeitos constroem coletivamente respostas mais eficazes às necessidades dos alunos com deficiência intelectual. Esse trabalho colaborativo, além de favorecer o processo de ensino-aprendizagem, contribui para o fortalecimento da cultura inclusiva.

Dessa forma, o presente estudo se propôs a analisar as práticas pedagógicas do AEE em uma escola de Tempo Integral localizada no município de Iporá, Goiás. A pesquisa pretendeu, sobretudo, oferecer contribuições práticas para o aprimoramento das estratégias inclusivas, reconhecendo que a construção de um ambiente escolar verdadeiramente democrático e inclusivo é um processo contínuo, coletivo e profundamente comprometido com os direitos humanos.

Objetivos

A pesquisa foi guiada pelos seguintes objetivos.

Objetivo Geral:

Analisar as práticas pedagógicas que mediam o processo de ensino-aprendizagem, junto a alunos com deficiência intelectual que recebem Atendimento Educacional Especializado (AEE) oferecido nas Salas de Recursos Multifuncionais, numa escola de Tempo Integral no município de Iporá, Goiás, Brasil.

Objetivos Específicos:

- Investigar as práticas do AEE para alunos com deficiência intelectual;
- Analisar os recursos e estratégias utilizadas no AEE para promover o desenvolvimento dos alunos com deficiência intelectual:
- Avaliar o papel dos profissionais envolvidos na rede de apoio do AEE (professores de AEE, professores da sala regular, coordenadores);
 - Compreender a percepção dos alunos com deficiência intelectual sobre a rede de apoio

do AEE e seu impacto em seu aprendizado;

- Caracterizar e analisar o atendimento educacional especializado destinado ao aluno com deficiência intelectual nas salas de recursos multifuncionais, acompanhando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola de tempo integral.

Metodologia

Nesta pesquisa, adotou-se uma abordagem qualitativa, alinhada à natureza exploratória e interpretativa do fenômeno estudado. Segundo Minayo (2013), a pesquisa qualitativa busca compreender o significado das ações e das relações sociais, valorizando os contextos onde ocorrem. Nesse sentido, optou-se por investigar, em profundidade, as práticas pedagógicas aplicadas no Atendimento Educacional Especializado (AEE), em uma escola de tempo integral no município de Iporá-GO, com foco nos alunos com deficiência intelectual.

O delineamento do estudo foi estruturado como um estudo de caso. Conforme Yin (2001), o estudo de caso é uma estratégia apropriada quando se pretende investigar fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto real, especialmente quando os limites entre fenômeno e contexto não estão claramente definidos. Essa escolha metodológica possibilitou um olhar atento sobre as especificidades do AEE no cotidiano escolar.

A população investigada incluiu professores do AEE, professores do ensino regular, coordenadores pedagógicos e alunos com deficiência intelectual. A seleção foi intencional, buscando participantes com experiência direta no atendimento ou acompanhamento dos alunos público-alvo da educação especial. Essa escolha visou assegurar a diversidade de vozes no processo investigativo, conforme recomenda Gil (2010).

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, observações diretas e registros em diário de campo. As entrevistas permitiram maior flexibilidade e aprofundamento, enquanto a observação possibilitou captar nuances e comportamentos não verbalizados, conforme destacado por Minayo (2013). Esses instrumentos proporcionaram uma compreensão mais densa do ambiente de ensino.

Todas as entrevistas foram agendadas previamente e realizadas em ambientes reservados, garantindo o conforto e a privacidade dos participantes. Com o consentimento dos envolvidos, as entrevistas foram gravadas, transcritas e organizadas para posterior análise. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi aplicado a todos os participantes, conforme exigências éticas da pesquisa educacional (GOMES; FLORES; JIMÉNEZ, 1996).

A análise dos dados se deu por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme sistematizada por Bardin (2011). Essa técnica envolveu três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. As categorias de análise emergiram dos dados empíricos e foram organizadas com base nas falas recorrentes dos sujeitos da pesquisa, conforme orientação de Franco (2008).

Além das entrevistas, as observações registradas em diários de campo enriqueceram os achados e possibilitaram um olhar mais sensível à prática pedagógica e às interações escolares. A triangulação dos dados, conforme Denzin (2006), foi utilizada como estratégia para validar as interpretações, fortalecendo a credibilidade do estudo.

A pesquisa respeitou todos os princípios éticos recomendados para estudos com seres humanos, incluindo a anonimização dos dados e a devolutiva dos resultados aos participantes. A identificação dos sujeitos foi substituída por códigos (PAEE, P, C, A), conforme detalhado nas considerações éticas, assegurando a confidencialidade e a integridade das informações coletadas.

Resultados

Os dados analisados revelaram que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem promovido impactos significativos no processo de aprendizagem de alunos com deficiência intelectual. Essa constatação está em consonância com as proposições de Mantoan (2003), ao defender que a inclusão vai além da presença física na escola, implicando um processo contínuo de adaptação pedagógica.

Observou-se que os professores do AEE desempenham um papel essencial na mediação entre o currículo comum e as necessidades específicas dos alunos. Conforme destaca Gomes (2010), o professor especializado precisa organizar situações de aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento cognitivo, respeitando as particularidades de cada estudante.

As estratégias adotadas nas Salas de Recursos Multifuncionais foram amplamente variadas. Incluíram o uso de materiais concretos, jogos educativos e tecnologias assistivas, elementos considerados fundamentais para a aprendizagem significativa dos alunos, conforme apontam Batista (2011) e Ferreira (2014).

No entanto, os relatos evidenciaram dificuldades na articulação entre os professores do AEE e os docentes do ensino regular. Esse desafio também foi evidenciado por Lima (2021), que questiona a eficácia dos serviços complementares quando há pouca colaboração entre os profissionais envolvidos no processo de inclusão.

A percepção dos alunos sobre o AEE foi predominantemente positiva. Muitos relataram sentir-se mais acolhidos e confiantes ao frequentar a sala de recursos. Essa sensação de pertencimento está alinhada à visão de Sassaki (2006), que afirma que a inclusão só se efetiva quando o aluno se sente parte do ambiente escolar.

Os coordenadores pedagógicos reconheceram a importância do AEE, mas apontaram a necessidade de políticas institucionais mais robustas para garantir formação continuada aos profissionais. Mendes (2017) reforça essa ideia ao afirmar que a efetivação da inclusão depende de um compromisso coletivo e estruturado.

Em relação aos recursos, os participantes destacaram a escassez de materiais específicos e tecnológicos em algumas unidades escolares, o que dificulta a implementação de atividades diferenciadas. Segundo Anjos (2011), a precariedade dos recursos compromete diretamente os resultados do AEE.

Os dados também revelaram que o AEE contribui para o desenvolvimento da autonomia dos alunos. Esse aspecto está em sintonia com a proposta de Vygotsky (2001), que vê o desenvolvimento como um processo mediado pela interação social e pelo uso de ferramentas culturais.

A análise das falas mostrou que o AEE não apenas apoia o desempenho acadêmico, mas também melhora aspectos emocionais e comportamentais dos alunos, conforme discutido por Franco (2008). A melhoria na autoestima e na socialização foi um ponto recorrente nas entrevistas.

Um aspecto crítico relatado por professores foi a sobrecarga de trabalho e a dificuldade em elaborar planejamentos individualizados para todos os atendidos. Para Alves (2006), a sobrecarga compromete a qualidade do atendimento e exige reestruturação das condições laborais dos profissionais da educação especial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos desafios, a maioria dos entrevistados reconheceu os avanços promovidos pelo AEE na perspectiva inclusiva, especialmente na escola de tempo integral observada. De acordo com Glat e Blanco (2007), a inclusão requer continuidade, diálogo e compromisso institucional para se tornar efetiva.

A análise demonstrou que a presença do AEE fortalece a cultura de respeito às diferenças no ambiente escolar, abrindo espaço para uma convivência mais ética e democrática, como proposto por Freire (1996). A experiência da escola pesquisada indica que o caminho da

inclusão é construído diariamente, com escuta, sensibilidade e ação compartilhada.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. P. *Educação inclusiva:* o que é? Por quê? Como fazer? Campinas: Autores Associados, 2006.

ANJOS, U. O Atendimento Educacional Especializado: desafios e perspectivas. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 1039–1054, 2011.

BATISTA, C. R. O professor e o aluno com deficiência intelectual: desafios na construção de uma prática inclusiva. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 24, n. 42, p. 229–240, 2011.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 2, 07 jul. 2015.

DENZIN, N. K. *The research act:* a theoretical introduction to sociological methods. New York: Aldine Transaction, 2006.

FERREIRA, M. A. Atendimento Educacional Especializado: reflexões sobre a prática pedagógica. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 4, p. 513–528, 2014.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia:* saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRANCO, M. L. P. B. Análise de conteúdo. 3. ed. Brasília: Plano Editora, 2008.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GLAT, R.; BLANCO, R. M. A escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. **Revista Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 33, n. 1, p. 135–147, 2007.

GOMES, S. A.; POLIN, A. A.; FIGUEIREDO, M. A. Deficiência intelectual e desenvolvimento humano: o papel da escola. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 23, n. 38, p. 93–104, 2010.

GOMES, A. P.; FLORES, J. G.; JIMÉNEZ, B. R. *Pesquisa qualitativa em educação*: fundamentos e tradições. Porto Alegre: Artmed, 1996.

LIMA, L. B. V. Caracterização do Atendimento Educacional Especializado para o aluno com deficiência intelectual nas salas de recursos multifuncionais. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2021.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, E. G. A escola inclusiva e o direito à educação: possibilidades e desafios. **Revista Educação Especial,** Santa Maria, v. 30, n. 60, p. 727–744, 2017.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento:* pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

SANTOS, A. R. dos et al. Desafios e possibilidades na inclusão de alunos com deficiência intelectual na rede regular de ensino. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 60, p. 293–308, 2018.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 6. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.